



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO Nº 151/2024
DE LAVRA: ASSESSORIA JURÍDICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 829/2023
INEXIGIBILIDADE 2023.03.04.001

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 57, II DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93. POSSIBILIDADE.

1. RELATÓRIO

Trata-se de solicitação para análise e manifestação referente a possibilidade de renovação do **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2023.04.17.01**, celebrado com a empresa **M N B AMORAS**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.464.954/0001-05, cujo objeto é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ELABORAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS ORIUNDAS DE RECURSOS PRÓPRIOS PARA SECRETARIA INTEGRADA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SEINFRA E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED.**

O contrato possui vigência original no período de 17/04/2023 a 17/04/2024 e, diante da proximidade do encerramento do prazo e da necessidade de continuação da prestação do serviço contratado, a SEINFRA encaminhou Ofício nº 172/2024-SEINFRA à contratada para manifestação quanto ao interesse na renovação contratual e, por sua vez, a contratada respondeu positivamente, apresentando certidões atualizadas.

Consta também Ofício nº 175/2024-SEINFRA encaminhado à SEMAPF com justificativa e solicitação de providências para formalização, bem como Relatório do Fiscal do Contrato, atestando o regular cumprimento do objeto contratual. Ainda, consta extrato de dotação orçamentária e minuta do 1º Termo Aditivo.

Assim, a SEMAPF encaminhou o processo administrativo para esta AJUR, requerendo providências quanto a análise e providências para renovação do contrato com mesmo valor, haja vista que Administração possui interesse na manutenção do referido contrato por se tratar de serviço de natureza continuada em favor da Administração.

É o relatório.

2. ANÁLISE JURÍDICA

De início, convém destacar que compete a esta AJUR, prestar consultoria sob o prisma estritamente da legislação vigente e pertinente, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e a oportunidade da prática dos atos administrativos, que



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ASSESSORIA JURÍDICA

estão reservados à esfera discricionária do ordenador de despesas, tampouco, examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

Na esteira da jurisprudência do STF, “(...) *quando a consulta é facultativa, a autoridade não se vincula ao parecer proferido, sendo que seu poder de decisão não se altera pela manifestação do órgão consultivo; (...) Salvo demonstração de culpa ou erro grosseiro, submetida às instâncias administrativo-disciplinares ou jurisdicionais próprias, não cabe a responsabilização do advogado público pelo conteúdo de seu parecer de natureza meramente opinativa.*” (STF - MS: 24631 DF, Relator: Min. JOAQUIM BARBOSA, Data de Julgamento: 09/08/2007, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-018 DIVULG 31-01-2008 PUBLIC 01-02-2008 EMENT VOL-02305-02 PP-00276 RTJ VOL-00204-01 PP-00250).

Portanto, isenta-se de toda e qualquer responsabilidade relativa à obtenção de valores, justificativa, quantidades, limitando-se exclusivamente aos ditames legais.

2.1. DA POSSIBILIDADE DE CELEBRAR ADITIVO COM BASE NA LEI Nº 8.666/93 E LEI Nº 10.520/02 NA VIGÊNCIA OBRIGATÓRIA DA LEI Nº 14.133/21.

Considerando a vigência obrigatória da Lei Federal nº 14.133/2021 que instituiu o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos, importa registrar a possibilidade de utilização dos ditames legais da Lei Federal nº 8.666/93, atualmente revogada.

Os contratos administrativos em questão foram celebrados em 2023, na vigência da Lei nº 8.666/93, oriundo do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 2023.03.04.001, o qual foi realizado integralmente com base na Lei de Licitações nº 8.666/93, de modo que o Contrato Administrativo em questão foi celebrado com base na referida legislação. Portanto, o contrato administrativo que é objeto da pretensa renovação é regido pela referida lei, conforme constam do seu preâmbulo e devem seguir esses diplomas legais enquanto perdurar a sua vigência contratual.

Essa regra está contida na regra de transição da própria Lei nº 14.133/2021 em seu art. 190, que dispõe o seguinte: “*O contrato cujo instrumento tenha sido assinado antes da entrada em vigor desta Lei continuará a ser regido de acordo com as regras previstas na legislação revogada.*” e o parágrafo único do art. 191 complementa: “*Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.*”

No mesmo sentido, em resposta de consulta, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) publicou o Acórdão 1912/2023 em que decidiu acerca da possibilidade de aplicação da lei revogada nas prorrogações de contrato, consoante destaque abaixo:

(...). O contrato regido pelas normas da Lei 8.666/93 pode ser prorrogado na forma da mesma lei, mesmo depois da sua revogação, prevalecendo a regência dos contratos pela lei revogada durante



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ASSESSORIA JURÍDICA

todo o prazo original ou prorrogado do contrato, observadas, no mais, todas as regras que regem a prorrogação na forma da Lei 8.666/93.

(...)

Assim, os contratos correspondentes, desde que derivados de atos publicados até o dia 29 de dezembro de 2023, podem ser assinados mesmo depois dessa data, sendo irrelevante que a Lei 8.666/93 esteja revogada no dia da assinatura, afinal, a lei assegura a incidência da lei antiga sobre esses contratos, observados os critérios do art. 191 da NLL.

(...)

Os contratos regidos pela Lei 8.666/93, quando decorrentes da licitação ou autorização para contratação direta realizadas com observância ao art. 190 e ao art. 191, caput, incisos e parágrafos, da NLL, **poderão ser prorrogados com base na mencionada lei federal, mesmo depois da sua revogação** (art. 193, II, da Lei 14.133/21), **prevalecendo a regência dos referidos contratos pela lei revogada durante todo o prazo original ou prorrogado do contrato**, observadas, no mais, todas as regras da Lei 8.666/93.

(Acórdão 1912/2023, Data da Sessão 03/07/2023, Data de Publicação 14/07/2023, Tribunal Pleno, Relator MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA).

Portanto, plenamente cabível a análise do pedido de renovação contratual com base nos ditames legais da lei nº 8.666/93.

2.2. DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL. FUNDAMENTOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93.

A regulamentação da duração do contrato administrativo dispõe de dispositivo especial. Trata-se do art. 57 da Lei 8.666/93:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.

Ressalta-se ainda, os termos do §2º do mesmo dispositivo legal, a necessidade de justificativa para prorrogação do contrato, senão vejamos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ASSESSORIA JURÍDICA

§ 2º Toda prorrogação de prazo **deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente** para celebrar o contrato”.

Desse modo, impõe-se nos casos de renovação contratual, **a necessidade de autorização por parte da autoridade competente para celebrar o termo**. Nesse aspecto, verifica-se dos documentos que instruem o processo que consta justificativa da SEINFRA para a prorrogação, pautada na necessidade contínua da Administração. Da justificativa, extrai-se que há também a autorização para a celebração do termo, uma vez exposta a necessidade do serviço contratado.

O art. 54 da Lei nº 8.666/93 também reza que os contratos administrativos são regidos pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público. Nesse sentido, verifica-se também que o contrato administrativo nº 2023.04.17.01, possui expressa previsão de prorrogação em sua cláusula décima primeira, desde que seja observada a questão do preço e sua vantajosidade.

A vantajosidade resta demonstrada na medida em que a empresa contratada anuiu com a renovação contratual no mesmo valor anteriormente pactuado, sem atualizações ou acréscimos financeiros.

O Tribunal de Contas da União já decidiu que é prescindível a pesquisa de preços quando a prorrogação contratual é realizada dentro do reajuste previsto contratualmente:

Demonstração de vantajosidade econômica da prorrogação contratual, sem a necessidade de pesquisa de mercado, quando previstos requisitos contratuais de reajuste salarial, de índices de preços de insumos e de limites de preço para contratação. (Acórdão 1214/2013-TCU-Plenário, TC Processo 006.156/2011-8, relator Ministro Aroldo Cedraz, 22.5.2013).

Então, se a vantajosidade do preço na prorrogação está confirmada quando há atualização pelo índice de reajuste previsto, não há o que se questionar quando a renovação contratual mantém o valor contratado, sem atualizações.

Verifica-se também que a atual prorrogação contratual está dentro do limite legal de sessenta meses, conforme indica o inciso II, do art. 57 da Lei de Licitações e que consta extrato de dotação orçamentária para o seu pagamento (art. 14, da Lei 8.666/93).

Por fim, importante destacar que é dever da contratada manter as condições de habilitação durante toda a vigência contratual (art. 55, XIII, Lei 8.666/93), o que engloba a possibilidade de renovação contratual. Nesse ponto, verifica-se que a empresa contratada deixou de apresentar a certidão de regularidade fiscal municipal, devendo apresentar tal documento para formalização do instrumento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ASSESSORIA JURÍDICA**

Quanto a questão orçamentária, verifica-se constar extrato de dotação orçamentária, mas sem a respectiva declaração de adequação emitida pela autoridade competente, devendo ser providenciada, em observância ao que dispõe o art. 16, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por fim, verifica-se que a contratação engloba serviços para a SEINFRA e para a SEMED, sendo que os recursos destacados para cobrir os serviços prestados à SEMED possui ordenador de despesas específico. Porém, não constam dos autos nenhuma manifestação da Secretaria de Educação quanto o interesse na renovação contratual, bem como autorização e declaração de adequação orçamentária.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica, frisando-se que a análise é feita sob o prisma estritamente jurídico-formal, não adentrando, portanto, na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, sendo de responsabilidade dos gestores envolvidos as informações prestadas, esta Assessoria Jurídica **OPINA pela possibilidade jurídica da renovação da vigência contratual, sem reajuste de valor**, em atenção aos preceitos constitucionais que regem a Administração Pública, desde que **(i)** sejam anexado aos autos a comprovação de regularidade fiscal municipal da empresa contratada; **(ii)** conste a manifestação da titular da secretaria de educação quanto ao interesse na renovação contratual, com a respectiva autorização e justificativa para tanto; **(iii)** conste a declaração de adequação orçamentária dos ordenadores de despesas responsáveis pelas rubricas orçamentárias indicadas.

Oportunamente, registra-se que se entende pela desnecessidade de nova portaria do fiscal do contrato, haja vista que a Portaria constante nos autos não prevê validade, estando ainda em plena vigência, salvo se houver necessidade de substituição do fiscal do contrato, situação que enseja a devida publicação de nova portaria com a nomeação do novo fiscal.

No que tange ao procedimento, destaca-se que é condição indispensável para eficácia legal dos contratos administrativos firmados pela Municipalidade a publicação resumida (extrato) de seu termo no Diário Oficial.

É o parecer, S.M.J.

Retornam-se os autos para SEMAPF.

Santa Izabel do Pará/PA, 12 de abril de 2024.

CARLOS FELIPE ROCHA LIMA
ASSESSOR JURÍDICO – PMSIP
OAB/PA 26.695